



Reunião do Conselho Deliberativo

São Paulo (SP), 16 de agosto de 2014

Participantes (lista de presença):

- Bia Barbosa** – Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social/Executiva FNDC
Bruno Cruz – Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj/Executiva FNDC
Daniel Fonsêca – Associação Mundial de Rádios Comunitárias – Amarc/Conselho Deliberativo FNDC
Jonicael Oliveira – Comitê pela Democratização da Comunicação da Bahia
José Antônio – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão – Fitert/Executiva FNDC
José Augusto Camargo – Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo – SJSP
Karl Pinheiro – União dos Negros Pela Igualdade – Unegro/Conselho Deliberativo FNDC
Lais Côrtes – Comitê pela Democratização da Comunicação do Pará/Conselho Deliberativo FNDC
Levi Arruda – Comitê pela Democratização da Comunicação de Pernambuco/Conselho Deliberativo FNDC
Lidyane Ponciano – Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação/Conselho Deliberativo FNDC
Marcio Patusco – Clube de Engenharia / Conselho Deliberativo FNDC
Marcos Urupá – Comitê pela Democratização da Comunicação do Distrito Federal/Conselho Deliberativo FNDC
Maria Mello – Comitê pela Democratização da Comunicação do Distrito Federal/Conselho Deliberativo FNDC
Mariana Venturini – União Brasileira de Mulheres – UBM
Orlando Guilhon – Associação Brasileira de Rádios Públicas do Brasil – Arpub/Executiva FNDC
Paula de Andrade – SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e Comitê pela Democratização da Comunicação de Pernambuco/Conselho Deliberativo FNDC
Pedro Rafael Vilela – Secretaria Executiva FNDC
Rafael Werkema – Conselho Federal de Serviço Social – CFESS
Raimunda Gomes – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB/Conselho Deliberativo FNDC
Renata Mielli – Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé/Executiva FNDC
Renato Feitosa – Centro de Cultura Luiz Freire – CCLF e Comitê pela Democratização da Comunicação de Pernambuco/Conselho Deliberativo FNDC
Rosane Bertotti – Central Única dos Trabalhadores – CUT/Executiva FNDC



Simone Nascimento – União dos Negros Pela Igualdade – Unegro/Conselho Deliberativo FNDC

Táscia Souza – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee

Terezinha de Jesus Aguiar – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS/Conselho Deliberativo FNDC

Thiago José – União Nacional dos Estudantes – UNE/Conselho Deliberativo FNDC

Valci Zucoloto – Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina/Conselho Deliberativo FNDC

Wagner Souto – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – Abraço/Conselho Deliberativo FNDC

Pauta:

PARTE I – AÇÕES POLÍTICAS E TEMAS DA CONJUNTURA

1. Ações: unidade Plebiscito Constituinte do Sistema Político & Projeto de Lei da Mídia Democrática

Contexto

A IV Plenária Nacional da Campanha do Plebiscito Constituinte, em 10 de agosto, aprovou documento de unidade com a campanha “Para Expressar a Liberdade” (Lei da Mídia Democrática). Estabeleceram-se compromissos pelo conjunto das organizações envolvidas em ampliar o debate e a mobilização social para as duas iniciativas, além de recolher assinaturas (PLIP) e votos (plebiscito) das campanhas, durante a semana de 1 a 7 de setembro. A partir disso, o Conselho Deliberativo discutiu e avaliou as possibilidades de incidência conjunta entre os dois processos e como o FNDC pode se envolver nas tarefas mais práticas.

Debate

Foram relatadas várias ações em conjunto que já estão ocorrendo nos estados entre as entidades do FNDC e os comitês da campanha do Plebiscito Constituinte, como no DF, RJ e PA, inclusive por meio da divulgação da campanha pelos veículos de comunicação das próprias entidades ligadas ao Fórum. Percebeu-se, no geral, a necessidade de ampliar a mobilização junto aos diversos segmentos sociais, como a classe trabalhadora e setores da classe média.

Elencou-se um conjunto de ações que podem ser tocadas pelos ativistas e organizações no âmbito dos Comitês Estaduais do FNDC:

a) divulgar carta de unidade das campanhas;



- b) estimular o debate sobre a campanha do plebiscito nos estados;
- c) procurar as secretarias operativas estaduais do Plebiscito e se envolver nas atividades;
- d) apresentar a campanha da Mídia Democrática;
- e) produzir regionalmente materiais e distribuí-los nos espaços de campanha do plebiscito (antes, durante e depois da semana da pátria);
- f) produzir material específico que relacione campanha da Lei da Mídia e campanha do plebiscito do sistema político, inclusive dialogando com o debate sobre políticos donos de canais de rádio e televisão;
- g) divulgar a campanha do plebiscito nos sites FNDC e Para Expressar a Liberdade, além das redes sociais (por meio de memes);
- h) sinalizar a aproximação e a unidade e esclarecer que não há contradição entre as duas campanhas;
- i) realização de uma coletiva de imprensa nacional conjunta entre as campanhas e aproveitar as parcerias para intensificar a divulgação do plebiscito junto às rádios e TVs públicas e comunitárias (spots podem servir);
- j) avaliar viabilidade regional para uma coletiva de imprensa (cada estado examina essa possibilidade);
- k) Enviar matéria da revista MidiaComDemocracia para os estados divulgarem em seus veículos/redes.

Encaminhamentos

- Elaboração de uma circular com orientações gerais, documentos de referência e contatos para intensificar a campanha do plebiscito e facilitar a interlocução dos Comitês Estaduais do FNDC com as secretarias operativas da campanha;
- Em conjunto com o grupo de comunicação do plebiscito, organizar e realizar coletiva de imprensa nacional na semana que antecede a votação do plebiscito;
- Nos estados que se avaliar pertinente a realização de uma coletiva estadual sobre a unidade entre as campanhas, o Comitê FNDC poderá tocar, em conjunto com a secretaria operativa estadual do plebiscito.

2. Eleições 2014: plataforma programática FNDC para os candidatos

Contexto

A plataforma programática do FNDC para as eleições, elaborada pela Coordenação Executiva, circulou na lista de e-mails do Conselho Deliberativo por 15 dias, para discussão. Durante a plenária do Conselho Deliberativo, foram propostos alguns ajustes de forma e conteúdo. A versão definitiva do texto (a ser finalizada até 21/8) será protocolada junto às coligações. Adicionalmente, poderão ser construídas agendas de entrega (em atividades públicas que estejam candidatos, por exemplo). Avaliou-se que o documento tem de servir para fazer com o que o tema da comunicação possa, em



alguma medida, ocupar a agenda eleitoral, provocar debate do tema entre os candidatos; não apenas ser entregue aos candidatos. Comitês estaduais do FNDC poderão elaborar versões locais do documento, pautando as questões regionais de comunicação.

Debate

Alguns estados como MG, RJ e DF estão fechando ou já fecharam documentos com a pauta de comunicação para entrega às candidaturas locais. Avaliou-se que o documento na sua versão nacional deveria contemplar o histórico do FNDC, e também deveria explicitar melhor algumas pautas fundamentais, como telecomunicações, canal da cidadania e Lei de Acesso à Informação (LAI). Na parte de divulgação do documento, articular com debates que outras organizações estão fazendo, como a atualização do projeto Donos da Mídia (UFRJ), campanha contra os coronéis da mídia (Intervozes), bem como produzir debate em torno do documento, buscar candidaturas que se comprometam com a proposta e ações correlatas.

Encaminhamentos

- Documento: incorporação do histórico do FNDC, concentração de Telecom, LAI, Canal da Cidadania;
- Acrescentar ao documento o “PLIP” e “20 pontos”;
- Entregar o documento (carta+PLIP+20pontos) para as candidaturas;
- Encaminhar documento e conversar politicamente com partidos políticos;
- Criar espaço para que os candidatos assinem o documento;
- Criar algum tipo de “selo” para enviar aos candidatos que aderirem;
- Orientar os estados a produzir uma plataforma própria;
- Orientar estados a encaminhar relatos das ações locais em torno do documento;
- Manter as mobilizações da semana do plebiscito da reforma política até a semana Democon;
- Apoiar ações que denunciem políticos donos da mídia.



3. Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional

Contexto

Foi encerrada no início de agosto a mais recente gestão do CCS (2012-2014), que até então só tinha funcionado por dois mandatos seguidos (2002 a 2006). Nesse processo de fim de gestão, o FNDC e outras entidades, organizadas em torno da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com Participação Social (FrenteCom), iniciaram um debate sobre a necessidade de dar maior pluralidade à participação da sociedade civil no Conselho, além de mudanças a serem feitas na legislação para melhorar o espaço, praticamente único em âmbito nacional para discussão de políticas de comunicação. Foi apresentada uma plataforma programática para o Conselho, que incluiu a indicação de 10 nomes da sociedade civil (5 titulares / 5 suplentes), que inclui nomes de entidades muito representativas e perfis acadêmicos respeitados. A plataforma pede a abertura de discussão sobre critérios para ocupação das vagas e das próprias atribuições do colegiado, na perspectiva de fortalecer seu papel no âmbito do legislativo.

Debate

Foi apresentada a necessidade acertar discurso mais unitário junto à FENAJ, pactuando compromisso em torno de, pelo menos, alguns nomes mais consensuais da sociedade civil, para pressionar a mesa diretora do Congresso Nacional. Para a FENAJ, a avaliação é que a mudança na lei do CCS deve ser feita com cuidado para não piorar a atual representatividade, que já garante vaga para segmentos da classe trabalhadora. Sobre o acerto em torno de nomes, FENAJ ficou de avaliar esse nivelamento com as demais entidades.

Avaliou-se que, apesar do momento eleitoral, é preciso seguir pressionando a mesa diretora a não ampliar o hiato entre o fim da gestão e a renovação do CCS. Entidades do FNDC devem se somar no esforço político. Se não houver retorno do Congresso quanto a carta-plataforma e as sugestões e pedidos de reunião solicitados pela FrenteCom, serão avaliadas ações públicas mais contundentes.

Encaminhamentos

- Buscar diálogo com FENAJ para ação comum junto ao presidente do Congresso Nacional em torno de alguns nomes mais consensuais (perfis acadêmicos);

- Trabalhar nível de prioridade em torno dos nomes da academia que já foram indicados pelo Fórum;



- Articulação com parlamentares nos estados com relação aos nomes indicados;
- Nota pública caso não avance os esforços em andamento.

4. Decreto da Política Nacional de Participação Social

Contexto

A publicação do Decreto Presidencial nº 8243, de maio, causou reação política de diversos segmentos conservadores e da mídia comercial. A norma regulamenta o funcionamento dos conselhos populares, instituindo a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm). Sob ameaça de derrubada no Congresso Nacional, movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm se mobilizado politicamente e publicamente para evitar esse retrocesso.

Debate

Foi proposta resolução, a ser referendada pelo Conselho Deliberativo, em apoio ao decreto presidencial que cria a Política Nacional de Participação Social. Avaliou-se que o decreto dialoga com o tema da reforma política, uma vez que fortalece e institucionaliza mecanismos democracia participativa.

Encaminhamento

- Nota pública do FNDC em apoio ao decreto, subscrita pelas entidades do CD presentes à reunião.

5. EBC: Conselho Curador

Contexto

O Conselho Curador da EBC está em processo de renovação. Serão nomeados cinco novos conselheiros da sociedade civil. Após consulta às entidades, o Conselho Curador da EBC encaminhou, em abril, lista tríplice em cinco categorias para escolha da Presidência da República. Até agora, no entanto, não houve nomeação. Além disso, o Conselho Deliberativo do FNDC avaliou o andamento dos trabalhos e a correlação de forças no âmbito do Conselho Curador da EBC. Coordenadora-geral do FNDC, Rosane Bertotti é membro do Conselho Curador da EBC pela sociedade civil.



Debate

Rosane Bertotti informou que, além da nomeação dos cinco novos conselheiros, que aguarda despacho da Presidência da República, outros conselheiros de primeiro mandato, que tinham direito a uma renovação automática, solicitaram a continuidade: Ana Veloso, Takashi Tome e Mário Jakobskind. A renovação dos três mandatos foi confirmada na última reunião do CC.

Avaliou-se o processo de articulação entre os conselheiros da sociedade civil e o enfrentamento das pautas, e desses conselheiros com os movimentos e entidades do setor. Uma das questões colocadas é a necessidade, por parte do FNDC, de assumir uma postura de maior cobrança junto ao segmento da sociedade civil respaldado pela entidade. Outro questionamento apresentado foi sobre a renovação automática dos conselheiros da sociedade civil sem ter havido, por iniciativa dos próprios conselheiros, um processo de debate amplo (incluindo balanço de mandato) junto às entidades da sociedade.

Sobre a nomeação dos cinco novos conselheiros a partir da lista tríplice enviada à presidência da República, foi colocado que os conselheiros do CC deveriam respeitar a proporcionalidade das indicações da sociedade civil na lista tríplice, pois a lista que chegou a presidência não reproduz a representatividade atribuída pelas entidades durante as indicações.

Também foi lembrado que se aproxima o processo de sucessão na presidência da própria empresa, o que ensejará debate dos movimentos e entidades do campo da comunicação. Além disso, avaliou-se que é preciso pressionar para que haja maior cobertura jornalística das atividades como o plebiscito constituinte.

Encaminhamentos

- Executiva FNDC deve assumir o desafio de discutir e propor mecanismos/procedimentos de maior interlocução com os Conselheiros que estão mais próximos do nosso campo;
- FNDC lança nota pública cobrando celeridade na indicação das 5 vagas atualmente em aberto no CC há mais de 4 meses, o que prejudica o próprio debate interno do Conselho;
- FNDC solicita audiência com direção da EBC para pautar cobertura sobre ações das duas campanhas que os movimentos estão envolvidos: plebiscito reforma política e lei da mídia democrática.



6. Fórum Comunicação Pública

Contexto

Entre 12 e 14 de novembro, será realizado, em Brasília (Câmara dos Deputados), o I Fórum de Comunicação Pública, organizado pela FrenteCom. Como resultado dos I e II Fórum de TVs públicas (2006 e 2009), do Fórum de Rádios Públicas (2007), além de um seminário internacional em 2012 sobre regulação do campo público de comunicação; o Fórum de Comunicação Pública reunirá, pela primeira vez em um evento do tipo, o setor como um todo (as diferentes emissoras), com objetivo de rearticular o segmento e debater o conjunto de desafios para os próximos anos.

Debate

Os GTs de organização do Fórum de Comunicação Pública já estão operando e precisam que um *feedback* das entidades sobre número de pessoas que gostariam e poderiam levar para o Fórum. Essa informação vai subsidiar a elaboração do projeto para captação de recursos.

Também considerou oportuno que o FNDC promovesse alguma atividade prévia (seminário) entre suas entidades para discutir propostas a serem levadas ao evento nacional.

Encaminhamentos

- Entidades do FNDC que desejam participar do Fórum de Comunicação Pública devem indicar o número de participantes que pretende levar para o evento. Essa informação deve incluir tanto o número de pessoas que a entidade é capaz de bancar a ida, quanto o número de pessoas que a entidade pleiteia que sejam patrocinados os deslocamentos e hospedagens. Informações podem ser enviadas para secretaria@fndc.org.br com o assunto: **Fórum de Comunicação Pública**;
- Secretaria Executiva do FNDC enviará uma quantidade preliminar de nomes, com base nas entidades filiadas ao Fórum, para garantir um ou mais nomes por entidade;
- Realizar seminário prévio para que o FNDC discuta propostas a serem levadas ao **Fórum de Comunicação Pública**.



7. Conselho Consultivo da ANATEL

Contexto

O Conselho Consultivo da ANATEL está com 3 vagas abertas abertas.

Debate

Avaliou-se que a vacância prejudica muito a incidência da sociedade civil no setor e que o FNDC deveria arguir junto ao governo federal (Casa Civil) sobre a demora na indicação, pressionando para que seja procedida a indicação.

Encaminhamento

- FNDC lança nota e encaminha ofício criticando demora e cobrando indicação (nota conjunta sobre Conselho/Anatel e Conselho/EBC).

8. Campanha da Banda Larga

Contexto

A Campanha Banda Larga um Direito Seu que reúne diversas entidades que participam do FNDC (Clube de Engenharia, Barão de Itararé, Intervezes, entre outras) também definiu ação política a ser desenvolvida no contexto da campanha eleitoral para apresentar aos candidatos uma plataforma em torno das questões de comunicação que dizem respeito às telecomunicações – acesso à Banda Larga, infraestrutura, etc.

Neste sentido, a campanha elaborou um documento que será entregue às campanhas e está tentando viabilizar a realização de uma sabatina com os candidatos à presidência.

Debate

Avaliar a possibilidade de o FNDC assinar o documento da Banda Larga e participar, conjuntamente, da atividade com os candidatos caso ela se viabilize.

Encaminhamento

- Documento será encaminhado para lista do Conselho Deliberativo, para ver se aprova;
- Participação no debate da EBC (condicionada à realização da sabatina);
- Sabatina com os candidatos sobre internet.



PARTE II – ASPECTOS ORGANIZATIVOS DO CONSELHO DELIBERATIVO (FNDC)

9. Debate organizativo FNDC

Contexto

Há uma avaliação de que o FNDC avançou muito nos últimos anos, desenvolvendo mais ações políticas e participando mais ativamente dos vários embates públicos sobre os mais variados temas relacionados à pauta da comunicação, mas para que esse protagonismo se amplie ainda mais é necessário envolver mais as entidades do Conselho Deliberativo e filiadas na luta cotidiana do Fórum.

Neste sentido, se apresentou como um dos desafios organizativos do Fórum, a construção e consolidação dos Comitês Regionais, o fortalecimento do Conselho Deliberativo como espaço de debate sobre as políticas do Fórum, e o maior envolvimento das entidades filiadas nas ações da luta pela democratização da comunicação.

Para isso, foram propostas algumas iniciativas, como a criação de grupos de trabalho (temáticos ou ligados às secretarias) para envolver mais entidades do CD e filiadas na elaboração e encaminhamento de tarefas do FNDC.

Também foi discutido como potencializar os comitês locais, a necessidade de as entidades nacionais que têm capilaridade nos estados, orientar para que sua rede integre os comitês locais do FNDC.

Debate

Houve uma concordância geral com a avaliação apresentada e também com os desafios. Algumas entidades apresentaram a demanda da criação de GT's temáticos, como no caso da Telecomunicação, das Mulheres e de um GT para debater a Comunicação Pública. Também houve referências à criação de GT's auxiliares das secretarias de comunicação, formação, organização do Fórum.

Na discussão, algumas dúvidas sobre o caráter dos GT's (se permanentes ou não) surgiram entre os presentes.

Encaminhamentos



- Fortalecer a instância do Conselho Deliberativo (CD) do FNDC, comparecendo presencialmente às suas reuniões, estimulando os debates e trocas de ideias na lista de emails e assumindo diferentes níveis de responsabilidade diante das diversas tarefas políticas e organizativas;
- Desenvolver a cultura de cobrar dos membros do CD que faltarem às reuniões (entidades e comitês) justificativas para essas faltas, lembrando que este espaço foi muito disputado na nossa última eleição;
- Estimular a ampliação do FNDC, tanto em nível nacional quanto nos estados, discutindo politicamente com novas entidades, coletivos e movimentos, procurando formalizar aos poucos essa possível adesão. Igualmente, assumir mais coletivamente as tarefas de ampliação de novos comitês estaduais, onde ainda não existam, ou de consolidação daqueles que já existem, a partir de um trabalho de maior sinergia das entidades nacionais.
- Estimular que as entidades nacionais (as que compõem formalmente o CD e também as demais), e os comitês estaduais, priorizem algum tipo de trabalho nos GTs temáticos ou por secretarias, de tal forma que numa próxima reunião do CD possamos avançar na formalização/criação desses GTs.
- Estimular a discussão nacional de uma política de finanças para o FNDC, a partir de uma proposta a ser sistematizada pela Executiva.